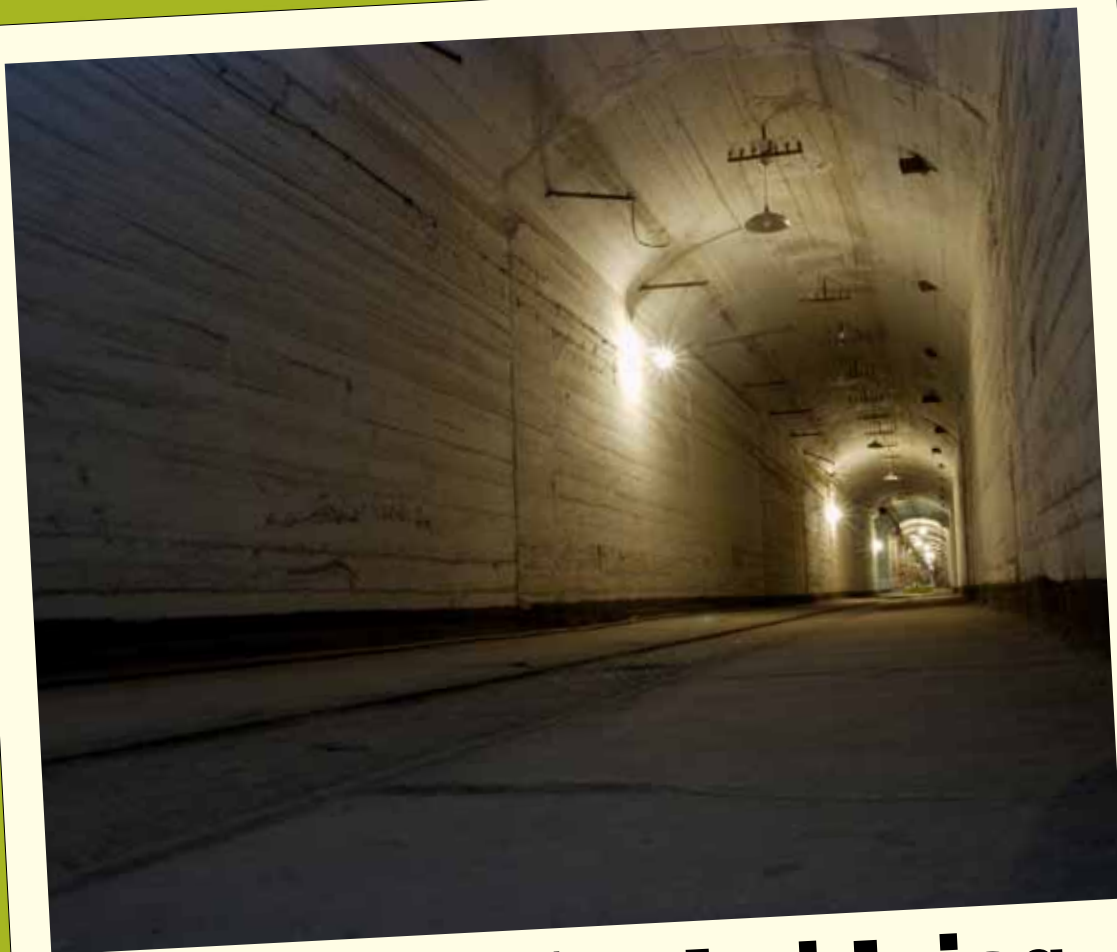


CAPÍTULO DOIS



Concepção de ideias para uma reportagem

Objectivos de aprendizagem

Quando tiver terminado o estudo deste capítulo, deverá ser capaz de:

- Enumerar variadas formas de conceber ideias para uma reportagem investigativa
- Avaliar a utilidade de cada uma dessas ideias
- Distinguir entre jornalismo de investigação e 'reportagem de fuga de informações'
- Seguir um processo sistemático para avaliar e tratar de denúncias
- Seguir um processo sistemático para expandir e desenvolver uma ideia de reportagem.

Se estivermos seguros de que já possuímos estes conhecimentos e compreendemos estas questões, podemos passar directamente ao seguinte:

- Capítulo 3 para orientações sobre o planeamento de um projecto de reportagem;
- Capítulo 4 para uma análise pormenorizada de como encontrar, manter e utilizar fontes;
- Capítulo 5 para mais informação sobre entrevistas;
- Capítulo 6 para assistência técnica sobre pesquisas auxiliadas por computadores e baseadas em números (por exemplo, pesquisas financeiras);
- Capítulo 7 para conselhos sobre a análise das nossas provas, a sua organização e a redacção de uma reportagem;
- Capítulo 8 para analisar os aspectos jurídicos e deontológicos da nossa reportagem.

 Konrad Adenauer Stiftung

 INVESTIGATIVE JOURNALISM WORKSHOP

 Fair
FORUM for
AFRICAN
INVESTIGATIVE
REPORTERS

 cijj

De onde vêm as ideias para uma reportagem?

John Nyamu era um jovem jornalista de um periódico independente num país da África Oriental. Num dia, recebeu um telefonema.

A pessoa do outro lado da linha não revelou o seu nome, tendo dito apenas o seguinte: “Encontre-me na barraca de chá do mercado de roupas usadas dentro de uma hora. Tenho uma informação que será o grande sucesso da sua carreira.” John ficou intrigado.

Quando chegou ao local, não estava lá ninguém, mas o dono da barraca mostrou-lhe um envelope e disse “John é o senhor? Um homem de camisa branca pediu-me que lhe entregasse isto.” O envelope continha uma cassete vídeo. Parecia mostrar o Presidente sentado a uma mesa no jardim do palácio presidencial e a receber uma mala cheia de notas de dinheiro de um empresário muito conhecido, que tinha sido recentemente absolvido de um grande processo de branqueamento de fundos.

John estava num verdadeiro alvoroço. Mas quando falou da cassete com os seus chefes de redacção, estes estavam divididos. Um disse: “Esta matéria será o grande sucesso do jornal! É óbvio que esta cassete é recente

por causa do tempo e pelo aspecto dos dois homens. Podemos derrubar o governo com provas irrefutáveis de que este empresário desonesto comprou a sua absolvição. Vamos colocar imagens tiradas do vídeo na primeira página. Bom trabalho, John!” Mas o outro disse: “Tenho as minhas dúvidas. Não sabemos donde veio esta cassete, pode ser uma falsificação, e poderá haver muitas razões de um entregar dinheiro ao outro. Até poderia ser uma doação para o fundo de caridade do Presidente.”

Em seguida, os chefes de redacção tentaram encontrar uma forma de agir e perguntaram a John o que ele pensava, já que a cassete tinha sido trazida por ele.

No lugar de John, que contribuição prestaria nessa discussão? O que deveria fazer o jornal em seguida? (No fim do capítulo, vamos voltar a analisar esta questão).

No início das suas carreiras, os jornalistas de investigação muitas vezes têm uma imagem, nas suas mentes, de pessoas importantes – se possível, pessoas **muito** importantes – que as contactam em becos escusos e lhes passam furtivamente embrulhos de documentos confidenciais, de preferência ultra secretos. Uma vez revelado o conteúdo, a Grande Reportagem Repugnante que daí resulta consegue espaço na primeira página, incluindo, se tudo correr bem, uma indicação do seu autor em letras grossas. Elogios, prémios e talvez a queda de regimes, vêm todos a seguir.

Às vezes, é assim que as coisas acontecem. O caso Watergate, que discutimos no Capítulo 1, começou com uma denúncia anónima – e, no final, o Presidente dos EUA caiu. Contudo, também vimos as limitações deste modelo de jornalismo de investigação, particularmente no contexto de salas de redacção pobres em recursos em países em desenvolvimento. E o caso Watergate é um exemplo muito conhecido, não apenas em razão do trabalho inspirado e determinado dos repórteres envolvidos, mas também por causa do seu carácter único: a história de um conjunto altamente invulgar de circunstâncias e pessoas.

Todos os capítulos deste livro contêm estudos de casos de investigações autênticas, realizadas por jornalistas africanos. Muitos desses casos tiveram um impacto enorme nas suas comunidades. Podem ser estudadas as investigações na sua totalidade à medida que se vai lendo; por enquanto, analisemos alguns relatos apresentados por esses repórteres sobre a forma como os seus trabalhos começaram:

- “No meio de uma conversa sobre algo diferente, captei a preocupação da minha fonte para com o assunto” (Joyce Mulama, Quênia);
- “Estávamos motivados pela necessidade de esclarecer... a enorme diferença entre as promessas eleitorais e o exercício efectivo do poder” (Eric Mwamba, Cote d’Ivoire);
- “Comecei a minha reportagem porque uma nota de imprensa do Banco Mundial ‘soava falso’” (Joe Hanlon, Reino Unido/Moçambique);
- “A reportagem começou como um artigo no nosso diário” (Andrew Trench, África do Sul);
- “Tinha coberto uma outra matéria sobre aquela empresa, e perguntei-me porquê” (Finnigan wa Simbeye, Tanzânia);
- “Quando vi a primeira página do *Sunday Times* sobre aquele tópico, pareceu-me que ainda havia pelo menos mais um pergunta a responder... E comecei uma outra reportagem por causa de algo que me aconteceu quando tentei abrir uma conta bancária” (Tom Dennen, África do Sul);
- “A reportagem foi inspirada por um relatório que foi lançado numa conferência em Adis Abeba, onde soube, pela primeira vez, de algo que desconhecia antes” (Joyce Mulama, Quênia);

- “Uma fonte revelou o caso a um de nós” (Sello Selebi e Phakamisa Ndzamela, África do Sul);
- “Analisámos muitos outros tópicos de investigações transnacionais. Mas, a verdade é que se tornou nitidamente claro para nós que a preocupação que todos partilhávamos com insistência era de que os nossos próprios membros e pessoas que conheciam estavam realmente a adoecer e a morrer por causa daquilo” (Evelyn Groenink, FAIR);
- “Ouvi mais acerca daquilo de um colega cujo primo esteve envolvido. Pensei: é melhor eu lá ir e verificar novamente” (Henry Nxumalo, África do Sul);
- “Sempre estive céptico acerca do êxito de um certo empreiteiro” (Charles Rukuni, Zimbábue).

Apenas uma das matérias enumeradas começou com uma denúncia. As restantes foram desenvolvidas pelo interesse pré-existente do repórter ou por uma reportagem anterior, por algo que o repórter tivesse lido, por experiência directa, por uma conversa, ou por uma observação fortuita.

Noutras palavras, a maior parte destas reportagens começou com uma pergunta ou questão, não com um telefonema anónimo ou um embrulho de documentos ultra secretos.

Porém, conceber boas ideias para uma reportagem não é fácil – de facto, o principal grupo de redacção deste capítulo, composto de jornalistas regionais, afirmou que a concepção dessas ideias é provavelmente uma das partes mais difíceis do trabalho de um jornalista.

Assim, vamos analisar primeiro as várias vias alternativas de identificar matérias e depois usar a segunda parte do capítulo para discutir a melhor maneira de tratar de denúncias.

IER

Prós e contras de fontes de inspiração para reportagens

responder

Leia a lista de fontes de inspiração para reportagens que se segue. Para cada caso, sugira quais poderão ser as suas vantagens e desvantagens. Leve cerca de cinco minutos para concluir esta actividade, antes de prosseguir com a leitura.

A sua própria experiência

A experiência de amigos, colegas e vizinhos

Dar sequência a peças noticiosas que já tenham sido publicadas

Leitura e navegação pela Internet

Verificação rotineira de informações públicas durante batidas ao terreno

“Conversas de rua”: as coisas de que as pessoas na sua comunidade estão a falar

Concepção de ideias para uma reportagem:**a sua própria experiência**

Frequentemente, os jornalistas queixam-se de que “não dispõem de provas suficientes!” depois de terem visitado o local de uma ocorrência, de terem falado com os seus protagonistas e registado descrições pormenorizadas daquilo que viram. No entanto, tudo isto são provas reais e concretas. Do mesmo modo, algo que aconteça connosco é tão válido como ponto de partida de uma reportagem quanto aquilo que acontece com outra pessoa. A vantagem reside no facto de que sabemos que está a acontecer: vivemos o acontecimento. Nós somos a nossa própria melhor e primeira testemunha e é sempre preferível ter um conhecimento e uma observação de primeira mão para nos ajudar a moldar a nossa própria visão do acontecido – com base, obviamente, em apontamentos detalhados tomados no momento da ocorrência; não se deve nunca confiar na memória. Se tivermos um telefone celular com máquina fotográfica, devemos fotografar o esgoto rebentado logo que o vejamos.

É por isso que dizemos que um jornalista nunca está de folga. Deve manter os seus olhos sempre abertos e tomar nota das drenagens entupidas nas estradas quando estiver a caminho do serviço; das longas filas em que fica nos serviços de migração; da falta de delicadeza de uma enfermeira na sua clínica. Pode haver aqui matéria para investigação, à espera. O jornalista deve manter uma “lista de ideias” no seu bloco de notas e apontar essas observações e questões sempre que se deparar com elas.

Porém, existem dois possíveis problemas. O primeiro é que as nossas próprias opiniões podem interferir com a forma de conduzir uma investigação equilibrada. Podemos estar tão indignados com a conduta dos responsáveis públicos que nos tenham causado atrasos que a nossa determinação de lhes atribuir culpas nos impeça de esclarecer as razões do acontecido. Poderemos não querer confrontar-nos com certos aspectos da forma como nos portámos, ou do que estamos a sentir, sendo assim tendenciosos na nossa investigação e inclinar-nos para explicações alternativas.

O segundo possível problema consiste em que a nossa experiência poderá não ser representativa. Somos apenas uma pessoa – com quantas pessoas aquilo estará a acontecer? Teremos sofrido um certo tratamento porque somos um jornalista, um homem, uma mulher ou uma pessoa culta? A experiência de outras pessoas será a mesma? Aquilo acontece todos os dias, ou o dia de hoje foi diferente, por uma razão qualquer?

O modo de evitar estas possíveis ratoeiras é alargar a reportagem com base naquilo que nos aconteceu. Se quisermos apenas escrever sobre a nossa experiência pessoal, isso será uma coluna de opinião, não uma reportagem investigativa. Para que seja uma reportagem, deverão ser procuradas as razões, deverá ser identificado o contexto e dever-se-á falar com um leque de diferentes tipos de pessoas para se ter a certeza de que o trabalho final representa algo mais do que uma queixa pessoal de um jornalista.

Concepção de ideias para uma reportagem:**experiência de amigos e familiares**

Todas as vantagens e desvantagens atrás mencionadas também se aplicam a pessoas que conhecemos ou com quem trabalhamos. As suas experiências são reais, mas poderão não ser representativas, podendo também estar influenciadas por convicções pessoais. Assim, e mais uma vez, elas podem ser o ponto de partida de boas investigações – mas apenas pontos de partida.

O Centro de Jornalismo de investigação nota: “Algumas pessoas que conhecemos podem trabalhar em lugares onde se exige o compromisso de não revelar informações ... um agente de polícia, por exemplo. Nesta conformidade, devemos pensar primeiro na forma em como podemos usar as pessoas que conhecemos. E não devemos pensar que só porque alguém é um amigo ou vizinho, essa pessoa não se importa em ajudar-nos – isto poderá complicar-lhes a vida. Devemos sempre obter permissão antes de usar a experiência pessoal de alguém”.

Devemos, contudo, evitar coisas que nos tenham sido ditas por amigos que não viveram uma experiência directa, como no seguinte caso: “tenho um primo que conhece uma mulher a quem pediram suborno no aeroporto”. Salvo se a mulher for conhecida pelo nome, tiver um endereço e possa ser entrevistada, então este caso não passa de um boato ou de uma história da carochinha.

Concepção de ideias para uma reportagem:**conversas de rua**

Nenhum meio é melhor para inventar histórias da carochinha do que as conversas de rua: os mexericos que se propagam rapidamente e as anedotas de vendedores ambulantes, taxistas e passageiros, assim como de pessoas em bares e cafés. Periodicamente, boatos de boleeiros fantasmas, ou curas milagrosas, ou malabaristas mágicos que fazem desaparecer pénis, infectam cidades inteiras ou aldeias.

É verdade que por vezes a própria história da carochinha pode ser objecto de uma investigação: será mesmo verdade? Porque é que as pessoas acreditam nela? O que nos diz sobre os nossos tempos e o nosso país?

Todavia, muito mais útil é a forma em como as conversas de rua nos podem alertar para tendências e mudanças reais. A comunicação social é muitas vezes acusada de “prossequir um objectivo” e de dizer ao seu público aquilo em que este deverá estar interessado, mas os boatos populares também estabelecem os seus próprios objectivos. Da mesma maneira que o jornalista deve manter os seus olhos abertos para detectar indícios físicos de matérias de reportagens, os seus ouvidos também deverão estar atentos àquilo que as pessoas à sua volta estão a discutir. Estarão a desaparecer raparigas, que se suspeita de serem vítimas

de tráfico, nalgum bairro? As pessoas terão começado a abusar de uma certa bebida alcoólica de fabrico caseiro? Um empresário muito conhecido terá parado repentinamente de gastar dinheiro, ou um alto oficial da polícia terá começado a conviver com a elite criminosa? As conversas de rua dar-nos-ão informações sobre todos estes acontecimentos, e muitos dos relatos serão verdade.

O nosso primeiro passo como jornalistas, contudo, deverá ser a confirmação da veracidade das conversas de rua. Devemos comprovar as informações junto de fontes que possam estar a par do assunto. Verificar junto da esquadra de polícia as informações referentes às raparigas desaparecidas, e junto de médicos os relatos sobre casos de abuso de álcool. Verificar o desempenho de uma sociedade junto dos trabalhadores, e as tendências do mercado junto de analistas financeiros; verificar se o empresário vendeu bens como casas ou viaturas recentemente. Observar o agente da polícia em serviço activo.

Depois de termos confirmado que as conversas de rua têm algum fundamento, podemos começar a planificar a nossa reportagem.

Concepção de ideias para uma reportagem: **jornais locais**

O antigo director executivo dos Repórteres e Chefes de Redacção Investigativos, Brant Houston, lembra-nos no Manual de Repórteres Investigativos, da sua autoria e da sua associação, que os jornais locais contêm muitas sementes de matéria de investigação. Uma reportagem está à espreita, por exemplo, praticamente por detrás de toda notificação jurídica paga: quer se trate de um testamento, de uma mudança de nome, de uma confiscação imobiliária, de leilões, concursos, propriedades apreendidas ou não reclamadas. Os jornais locais também contêm reportagens valiosas sobre novas construções ou projectos governamentais, assim como processos judiciais locais. Poderemos encontrar o nome do motorista do autocarro da nossa escola num processo de condução em estado de embriaguez, ou o nome de um responsável financeiro num caso de furto em loja.

Concepção de ideias para uma reportagem: **dar sequência a reportagens não publicadas**

Fazemos isto com muito pouca frequência. Os inquéritos junto de leitores e os grupos de interesse revelam invariavelmente que os leitores gostam de sequências. Querem saber o que acontece a seguir, ou porque aconteceu, ou qual é a verdade por detrás das escassas notícias diárias. Em particular, procure matérias noticiosas que omitem em perguntar “porquê”, ou que parecem incidir de forma estreita apenas sobre um aspecto da questão. Procure, igualmente, vias alternativas de cobrir factos óbvios ou regulares, como dias comemorativos mundiais ou nacionais.

Estudo de caso (do *Manual de Repórteres Investigativos* de Brant Houston e da associação de Repórteres e Chefes de Redacção Investigativos)

Reportagens antigas de jornais foram muito úteis quando o jornalista norte-americano Mike Berens (então ao serviço do *Columbus Dispatch*) noticiou o assassinato de uma prostituta em Ohio. Berens tinha lido outros artigos sobre prostitutas assassinadas e lembrou-se de um comentário, feito anos atrás pelo FBI, segundo o qual alguns assassinos em série atacavam prostitutas porque eram alvos fáceis, que se movimentavam bastante e cujo desaparecimento não era imediatamente notado. Berens consultou as bases de dados na Internet dos jornais diários do seu país, começando por Ohio. A sua primeira busca pelas palavras-chaves “prostituta” e “cadáver” produziu 60 artigos. Havia três artigos sobre prostitutas que tinham sido encontradas assassinadas e que tinham sido vistas vivas pela última vez na paragem de camiões de Youngtown.

Os corpos dessas vítimas tinham sido todos encontrados ao longo da auto-estrada nacional 71, tendo assim Berens começado – por sugestão do documentalista do *Columbus Dispatch* – por incluir as palavras “nacional” e “auto-estrada” nas suas buscas pela Internet, o que o levou a três outros casos similares.

O elemento sistemático observado era de que os corpos das mulheres tinham sido atirados directamente da cabine de um camião. Por esta razão, Berens começou a excluir os casos em que os corpos tinham sido trasladados ou dissimulados. Em seguida, efectuou buscas similares em jornais de outros estados dos EUA nos últimos seis anos e descobriu ocorrências em Alabama, Illinois, Indiana e Nova Iorque.

Começou depois a telefonar para fontes, a visitar paragens de camiões e a entrevistar agentes de polícia. No final, produziu uma investigação que indicou claramente os actos de um assassino em série, o que acabaria por ajudar a polícia a efectuar uma detenção.

Convém, contudo, lembrar que as sequências baseiam-se em informações que já são do domínio público. Outros jornalistas ou publicações poderão seguir exactamente a mesma linha de investigação que a nossa, especialmente se o artigo original contiver lacunas óbvias. Assim, deveremos ter a certeza de que possuímos um ângulo original, podendo ter que planificar um trabalho e uma publicação céleres para nos anteciparmos a quaisquer rivais.

Uma forma de dar sequência a artigos antigos, muitas vezes subestimada, é a formulação de perguntas ‘estúpidas’ – noutras

palavras, perguntas tão básicas e quase ingénuas que até as desdenhamos. Quando todos os jornais especulam sobre se um político aceitou um suborno para votar de uma certa maneira, porque não investigar se ele precisava de ser subornado, ou porque o seu preço era tão baixo/alto? Poderemos desenterrar algumas surpresas.

Uma outra forma consiste em interrogar informações que ‘todos sabem’. O jornalista e formador Edem Djokotoe verificou as cifras referentes à superfície territorial da Zâmbia – contendo uma cifra padrão que aparece no manual de geografia de todas as escolas – e descobriu uma história ambiental naquilo que viria a ser um ‘encolhimento’ das fronteiras.

O jornalista ugandês Frank Nyakairu recomenda que voltemos também a consultar os nossos próprios blocos de notas para dar sequência a matérias já tratadas. Lembramo-nos daquela pergunta interessante que o entrevistado colocou, que não era pertinente para a matéria em que estávamos a trabalhar na altura? Isso poderia tornar-se numa nova reportagem com todos os ingredientes.

Uma fonte de ideias particularmente rica é a abordagem de uma matéria estrangeira numa perspectiva local: Chamamos isto ‘localização’ de uma questão (ver exemplos nas páginas 2-6).

Estará a acontecer aqui?

O jornalista e formador de comunicação social Edem Djokotoe descreve os seguintes exemplos de “localização” de notícias do estrangeiro:

“Nos últimos tempos, descobriu-se que muitas personalidades desportivas de elevado estatuto se dopavam ou estavam implicadas no uso de substâncias anabolizantes. As mais célebres entre essas personalidades são a velocista norte-americana Marion Jones e a tenista suíça Martina Hingis. Os repórteres podem investigar o grau do uso de drogas nos seus próprios países. Facto reconhecido na maior parte de África, a pobreza e a falta de recursos significam que frequentemente os desportistas não conseguem ter acesso a drogas topo de gama. Há, contudo, informações não confirmadas de que o uso de drogas de obtenção fácil como a marijuana é muito comum no seio de jogadores de futebol em África. Um jogador zambiano, Rotson Kilambe, que jogava na Primeira Liga de Futebol da África do Sul (PSL) em determinada altura, viu-se proibido de jogar durante vários anos por consumo de liamba, depois de ter sido submetido a uma análise aleatória. Qual é o grau de prevalência desse consumo? Até que ponto é permitido pelos treinadores?”

“Um outro exemplo baseia-se na experiência de um facto que tentei investigar: o uso de hormonas e esteróides de crescimento, assim como outras práticas anti-éticas, na indústria de aviários da Zâmbia. Constatei que frangos de assar estavam a ser levados ao mercado depois de três semanas, em vez das seis a sete semanas necessárias para que se tornem próprios para consumo. Infelizmente, não existem recursos para detectar hormonas e esteróides de crescimentos nos frangos. Fui informado de que as amostras teriam que ser enviadas à África do Sul a custos elevados”.

Concepção de ideias para uma reportagem:

leitura e navegação pela Internet

A leitura diversificada é a nossa fonte mais importante de ideias para reportagens e a melhor maneira de aperfeiçoar o nosso profissionalismo e a nossa capacidade de redacção. Se encararmos a nossa investigação com a devida seriedade, o acesso a tudo que esteja publicado sobre o assunto constitui um dever profissional. Quem não estiver preparado para isso, não deve fazer carreira no jornalismo de investigação.

Acima de tudo, sem o conhecimento pormenorizado e concreto que a leitura nos há-de proporcionar sobre o modo em como os sistemas e os processos devem funcionar, como vamos detectar onde há falhas? Não devemos apenas gastar tempo a processar simplesmente as informações que nos chegam – desde notas de imprensa e declarações a eventos públicos. Devemos ir em busca de novas informações para alargar a nossa própria base de conhecimentos.

Embora a escassez de recursos ou o factor geográfico possa limitar o nosso acesso a publicações estrangeiras ou à Internet, devemos usar todos os canais possíveis para nos actualizarmos. Os vários serviços de informação de embaixadas e de organizações não-governamentais possuem frequentemente salas de leitura ou bibliotecas de uso gratuito, muitas vezes com acesso à Internet. Se não houver alternativa, convém ganhar o hábito de visitar esses centros sempre que possível.

Os relatórios oficiais e de ONGs muitas vezes parecem monótonos e desencorajantes, e muitos jornalistas olham para a sua leitura como uma tarefa de rotina, e não como uma fonte de matérias apaixonantes. Mas, quando lidos com cuidado, e não se usar apenas a primeira página ou o resumo de uma nota de imprensa, será possível descobrir uma informação nova ou complexa susceptível de dar arranque a investigações.

Se tiver acesso regular à Internet, consulte sítios e listas de servidores especializados e ligados à sua área de interesse. Muitos desses sítios (como o serviço mundial da BBC) oferecem uma transmissão gratuita de conteúdos noticiosos (*RSS Feeds*) que coloca os principais títulos no seu e-mail todos os dias, mantendo-o sempre actualizado. Deve adoptar esta prática. Poupa o tempo de navegar na Internet e assegura que obtenha diariamente todas as informações sobre questões em que esteja interessado.

Este aspecto é particularmente importante em áreas como saúde ou ciências, em que os conhecimentos estão sempre em mutação. Alguns jornalistas em África ainda estavam a escrever artigos sobre a falta de tratamento eficaz para a SIDA anos depois de medicamentos antiretrovirais terem sido ensaiados e introduzidos com sucesso nos sistemas de saúde da Europa e da América

– simplesmente não estavam na posse da informação. Assim, levaram mais tempo ainda para dar a conhecer ao público a questão realmente vital: o direito de acesso a esses medicamentos e as várias formas em que está a ser bloqueado.

Duas perguntas importantes devem ser colocadas sobre qualquer informação que se descubra depois de leituras ou pesquisas na Internet. A primeira é: quem escreveu a matéria, quais são as suas credenciais e qual é a sua motivação? Praticamente qualquer pessoa pode colocar quase tudo na Internet, desde especialistas genuínos até sonhadores ou agentes pagos por interesses comerciais ou políticos. Qualquer pessoa que consiga obter dinheiro pode publicar um livro seu por sua própria conta. No Capítulo 6 oferecemos algumas pistas sobre a avaliação da fiabilidade de informações pesquisadas.

Mas, em segundo lugar, e particularmente em áreas como ciência e saúde, convém saber quando foi publicada a informação? O que representava uma tecnologia de ponta há dez anos poderá ter sido completamente ultrapassada por pesquisas efectuadas posteriormente. E a nova evolução pode formar a base de uma reportagem investigativa genuinamente informativa – como veremos no estudo de caso de Joyce Mulama no fim do presente Capítulo.

Concepção de ideias para uma reportagem:

verificação de informação pública

Esta é uma outra obrigação profissional básica. Quando alguém é nomeado para um novo posto, verificar as informações públicas sobre essa pessoa: a história da sua vida, a sua formação académica, os cargos de direcção assumidos, etc. Quando uma nova empresa é fundada, verificar os principais actores. Efectuar também uma contra-verificação: procurar por vínculos entre esses actores e os seus colegas, ou rivais, ou figuras específicas do governo. Se o novo Ministro da Agricultura também é membro do conselho de administração de uma grande empresa fornecedora de cereais, isto é legal? Mesmo que seja permitido, decerto que surge possibilidade de conflito de interesses. Descobrir este tipo de vínculos é uma rica fonte de reportagens.

Quaisquer informações sobre a escassez de algo – seja de gasolina, terras ou bolsas de estudos – tornam maiores as probabilidades de corrupção na atribuição desses recursos. Colocar perguntas, como quem controla as reservas existentes e quais devem ser os mecanismos de distribuição, pode ajudar a detectar os pontos em que a escassez está a ser transformada em lucros pessoais para alguém.

Uma outra forma de verificação de rotina é ter conversas regulares com os nossos contactos em vários domínios. Abordamos longamente a questão do tratamento de fontes no Capítulo 4, mas convém notar aqui que, se apenas contactamos as fontes quando precisamos delas, estas começarão a sentir-se usadas, ao passo que se tivermos encontros regulares sem uma agenda fixa, estabeleceremos uma boa relação e as nossas conversas produzirão notícias de novos acontecimentos antes que qualquer outro repórter seja alertado. Chamamos isto ‘trabalhar’ os nossos contactos.

Mas, as notícias vindas dessas fontes não vão revelar-se automaticamente nem acenar-nos a mão. Teremos que usar o raciocínio para produzir a notícia. Edem Djokotoe afirma:

“Por exemplo, num país de 12 milhões de pessoas em que quase 80 por cento da população ganha menos de um dólar americano por dia, de que fontes os partidos políticos obtêm os recursos financeiros e logísticos de que precisam para funcionar a nível nacional, com uma presença em 72 distritos? O bom senso apenas há-de sugerir que o dinheiro para fazer funcionar os partidos políticos não provém da venda de cartões de membro nem de jantares de angariamento de fundos. Onde vem o dinheiro, afinal? É fácil os partidos no poder desviarem fundos públicos para realizar as suas actividades políticas, mas a questão que se coloca é a seguinte: como exactamente ocorrem esses desvios e que funcionários os tornam possíveis? O facto de que na Zâmbia os partidos políticos não são obrigados a publicar os seus relatórios financeiros nem a revelar a fonte dos seus financiamentos torna esta matéria digna de tratamento.”

“Saiba o que procura!”

Os jornalistas Mark Hunter e Luuk Sengers apresentaram uma comunicação no Seminário sobre Jornalismo de investigação realizado na Universidade de Witwatersrand em 2007. Entre os conselhos que ofereceram figurava o seguinte:

Primeiro e acima de tudo, procure uma boa matéria, não uma lista telefónica. Recolha as informações para que delas possa extrair a peça jornalística; não trabalhe em matérias apenas para obter informações.

Queira despertar emoções. Queira que os seus leitores se enfureçam, chorem, se tornem determinados a mudar as coisas. De outro modo, que sentido faz gastar tanto tempo a recolher provas, arriscar a sua vida e as suas relações? As pessoas são personagens reais nas suas investigações, não apenas citações.

LER**responder****Quais das seguintes situações usa como fontes de ideias para reportagens?**

Volte à lista de fontes de inspiração para reportagens. Analise a sua própria prática. Para quais delas olha regularmente como fonte de ideias para reportagens? Quais delas ignora? Quais delas nunca considera? Antes de continuar, planifique alguns passos práticos que se pode dar para alargar sistematicamente as suas fontes de ideias para reportagens.

| | Uso regular | Uso ocasional | Nunca usada |
|--|-------------|---------------|-------------|
| Experiência própria | | | |
| Experiências de amigos e vizinhos | | | |
| Sequência de artigos superficiais para investigação profunda | | | |
| Leitura | | | |
| Conversas de rua | | | |
| Verificações rotineiras de informações públicas | | | |
| Conversas rotineiras com contactos infiltrados | | | |

Avaliação e tratamento de denúncias

Muitos artigos que revelam actos ilícitos começam com uma denúncia. Possuímos todo um glossário de termos de salas de redacção associados a essas denúncias como, por exemplo, 'Garganta Profunda', o termo de uma fonte infiltrada anónima e um legado do caso Watergate; 'pára-quedistas': pessoas que surgem de repente na sala de redacção com uma notícia.

Assim, por exemplo, um contacto na polícia informar-nos-á de uma rede de roubos de viaturas que envolve o comandante; uma ex-cônjuge vingativa telefonará para um jornal de que é assinante para denunciar as fugas ao fisco por parte do seu ex-marido; um político contará a um chefe de redacção amigo a relação nebulosa entre uma empresa que concorre a um contrato do governo e um membro do conselho de concursos.

Mas, estas informações poderão não corresponder a tudo aquilo que querem fazer crer. Podem não ver verídicas e serem destinadas a armar uma cilada ao jornalista. Podem ser apenas uma verdade parcial, moldada para servir os interesses de alguém. E, verdade ou não, é uma tentativa de determinar o que o jornalista vai noticiar.

O jornalista de investigação Stephen Grey, que em 2004 produziu a matéria exclusiva mundial sobre a transferência de prisioneiros pela CIA para países do Médio Oriente em que a tortura é admitida, disse o seguinte durante o Seminário sobre Jornalismo de investigação realizado na Universidade de Witwatersrand, Joanesburgo, em 2006:

"Para mim, jornalismo de investigação é dizer: 'Nós fazemos as perguntas'. Nós somos os jornalistas e cabe a nós dizer qual é a questão do dia. E se essa questão é determinada pelo facto de estarmos sentados à mesa do pequeno-almoço e houver novamente um corte de electricidade, bem, vamos ao escritório e dizemos: 'É isto que temos de investigar!'; mesmo que sejamos alguém que produz 20 artigos em série por dia para uma agência de notícias por cabo, onde pensamos que na verdade não dispomos de grande margem para influenciar situações. Se produzimos um artigo por dia, em que olhamos para a matéria sob todos os ângulos e dizemos, 'Bem, esta é a história em que vou decidir eu próprio o que vou escrever', ou em que, quando a nota de imprensa sai, pegamos no telefone para saber se é verdade ou não – então penso que estamos a fazer jornalismo de investigação. Não são necessários anos, meses, semanas. Em certa medida, é um estado de espírito".

Se Grey tiver razão e o estabelecimento da nossa própria agenda deva ser parte da definição de jornalismo de investigação, então a primeira coisa que devemos fazer com uma denúncia é questioná-la. Perguntar:

- Será este um tema sobre o qual eu haveria de escrever se não recebesse uma denúncia?
- Será a questão denunciada algo por que sinto um interesse enorme?
- Terá sido revelada aqui uma verdade que seja realmente do interesse público?

Se a informação puder ser corroborada, então, ao denunciar o comandante da polícia e a sua rede de furtos de viaturas, as respostas serão provavelmente sim, sim e sim. As pessoas não vivem seguras se a própria força policial, cujo responsável máximo no país é o Padrinho, estiver envolvida em furtos.

Estes tipos de denúncias não são tão comuns como alguns jornalistas pensam. Contudo, Seymour Hersh não teria sido capaz de divulgar os abusos e a tortura de prisioneiros em Abu Ghraib no Iraque sem informações fornecidas por várias das pessoas afectadas, desde altas patentes militares preocupadas com a diminuição dos padrões de comportamento de um exército, até à mãe de uma soldada na costa oriental da América. Foram denúncias genuínas, claramente do interesse público, de pessoas com apreensões genuínas:

“A meio do processo de publicação da matéria sobre Abu Ghraib para o New Yorker, recebi um telefonema de uma mãe que disse: ‘tenho que falar consigo’... ela tinha dado à sua filha um computador portátil para levar ao Iraque... disse: ‘Estava prestes a apagar tudo’... abriu os ficheiros e havia de facto um mercado ‘Iraque’. Efectuou um clique e abriram-se cerca de 100 fotografias... Apenas publicámos uma no New Yorker. Tratava-se de algo que nenhuma mãe ou filha devia ver. Era um homem árabe, encostado a barras, um prisioneiro nu, com dois cães, um de cada lado. O que não publicámos foi a sequência que mostrava os cães a morderem o homem – mordeduras horríveis. Muito sangue. Aquela mulher tinha visto tudo e telefonou-me, e lá partimos”.

Concepção de ideias para uma reportagem: **um outro político corrupto – bocejos**

Mas quais serão as respostas se colocarmos estas perguntas acerca do membro do conselho de concursos ou do ex-marido que foge ao fisco? Denunciar um outro indivíduo corrupto – ou alegado corrupto – poderá não ter um grande impacto para a justiça social e para o interesse público em geral, sobretudo em países onde a corrupção e a fuga ao fisco são sistemáticas nas estruturas do estado e comportamentos endémicos de alguns grupos sociais. Os nossos leitores poderão sentir algumas emoções baratas com a denúncia e a queda de uma pessoa famosa, mas o valor da informação não irá para além disso. Os jornalistas defendem muitas vezes que a denúncia de um prevaricador faz com que os outros ‘apanhem um susto’ e a batalha contra a corrupção terá dado um passo em frente. Há alguma verdade nesta suposição: o perigo da revelação há-de travar alguns aspirantes a barões do roubo, e pelo menos aquele pequeno montante de dinheiro poderá ser salvo a fim de que contribua para as despesas do governo. E trata-se de dinheiro dos contribuintes – o dinheiro dos nossos leitores. Têm o direito de conhecer o seu destino.

Porém, a denúncia pela imprensa de inúmeros indivíduos corruptos em África não teve até aqui nenhum impacto muito significativo contra a corrupção sistemática, entranhada como está, em todas as estruturas e transacções em muitos países africanos – e por vezes até naquelas estruturas que foram criadas para combater a corrupção.

De facto, o que aconteceu é que em praticamente todos os países africanos, onde a ‘corrupção’ e a ‘boa governação’ são meticulosamente controladas por instituições locais e internacionais, funcionários e políticos ardilosos passaram a aperceber-se do valor de uma acusação de ‘corrupção’ contra um rival ou mesmo um superior com quem não simpatizem. Regularmente, os governos instalados investigam os anteriores (quando estes estão na oposição) por corrupção e vice-versa. “É óbvio que nós denunciámos a corrupção”, disse uma vez um chefe de redacção de um jornal zambiano, “a oposição é muito corrupta”. (O seu jornal estava alinhado com o governo).

Não olhe para nós; olhe para ele!

Na Cimeira sobre Jornalismo de Investigação do Fórum dos Jornalistas de Investigação Africanos em 2007, o repórter investigativo zambiano Zarina Gelloo explicou como as denúncias sobre corrupção podem na verdade impedir o jornalismo de investigação. Gelloo deparou-se com dificuldades extremas para desenterrar documentos acerca de uma certa rede de comércio de armas, apesar de as autoridades terem conhecimento da rede e terem redigido relatórios sobre a mesma. Muito mais fácil, contudo, foi ter acesso a extractos do relatório referente às relações entre a rede e o antigo presidente da Zâmbia, Chiluba, que estava a ser investigado pelo governo do actual presidente, Levy Mwanawasa. “Desde que mostre que Chiluba era corrupto, então consegue-se”, afirma Gelloo. “Mas, ninguém está interessado em dar qualquer outra parte do relatório, nem a sua versão integral”. A principal empresa envolvida ainda estaria ligada ao governo zambiano, mas essa ligação provavelmente só será investigada uma vez que um futuro presidente decida ‘denunciar’ Mwanawasa.

Assim, antes de ficarmos demasiado emocionados com os documentos secretos que nos foram entregues, devemos parar e pensar. Esses documentos poderão culminar numa Grande Reportagem Repugnante sobre algumas figuras importantes, mas será isto realmente importante? Os projectos investigativos muitas vezes debatem-se com escassos recursos em salas de redacção. Se a nossa investigação alternativa estiver relacionada com a falta de medicamentos nas reservas da clínica local, o público ficaria melhor servido pela nossa busca por aqueles que estão a desviar as verbas da saúde, ao invés de tentar destapar os podres de alguém que foge ao fisco ou de um membro corrupto de um conselho de concursos públicos.

E quais são as possíveis consequências de optar por uma investigação e não por outra? No Malawi, a fiscalização da ‘boa governação’ levou à descoberta de corrupção numa empresa de fornecimento de medicamentos cujo contrato tinha caducado.

Mas não foi identificado nenhum importador alternativo, o que resultou numa grande escassez de medicamentos importantes. É importante distinguir entre processos totalmente corruptos e pequenas incidências de corrupção dentro de processos limpos de um modo geral – e para identificar a diferença precisamos de uma boa cultura geral sobre o funcionamento desses processos.

Todavia, significará isto que estes pequenos pecados não contêm informações dignas de tratamento? É claro que sim! Porém, é um tipo de informações diferente. Se pudermos usar um exemplo de corrupção para ilustrar deficiências no sistema que facilitam a fuga ao fisco e o suborno, então o impacto da nossa reportagem será maior. Se pudermos ligar o impacto da fuga ao fisco à falta de meios em clínicas, poderemos explicar um problema público, ao invés de nos limitarmos a deplorá-lo. E se pudermos denunciar a forma em como as facções e os partidos usam os dedos acusatórios contra alegados corruptos para desviar as atenções dos seus próprios actos ilícitos, teremos informado os nossos leitores dos processos ocultos da política do nosso país. Incluam-se as dimensões acrescentadas de deficiências que podem não estar relacionadas com a corrupção como, por exemplo, um cumprimento ineficaz de actividades ou o esbanjamento. Tudo isto requer muito mais trabalho, investigação mais aprofundada e período de tempo mais protelado, do que o simples uso de um documento caído do céu para crucificar um indivíduo.

Concepção de ideias para uma reportagem:

determinação da veracidade de uma denúncia

O seu primeiro passo consiste em decidir se a denúncia poderá levar a uma reportagem importante e do interesse público. Só depois de tomar esta decisão é que pode prosseguir: deve depois tentar descobrir se a denúncia corresponde à verdade.

Por vezes não corresponde. É relativamente fácil para um responsável público ou político influente ter acesso a 'evidências' documentais ou criá-las, para que possam parecer o fundamento de alegações falsas ou meio falsas. Qualquer pessoa pode falsificar documentos, desde que tenha acesso a papel timbrado, a um computador e a uma máquina fotocopadora. Mas, mesmo que forem autênticos, os documentos podem ser cuidadosamente seleccionados para retratar um quadro falso; outros documentos cruciais que mostram outros aspectos poderão ter sido escamoteados.

Ler nas entrelinhas! (Ou contactar um especialista para explicar)

Por vezes, surgem documentos tão complexos ou técnicos que um jornalista não especializado não os pode entender e terá de solicitar uma explicação à fonte. Esses documentos deverão ser discutidos com especialistas independentes como contabilistas, advogados ou médicos. Contudo, mesmo documentos aparentemente simples podem produzir más interpretações. Recentemente, a revista sul-africana *Noseweek* foi contactada por uma declarante aflita, que afirmava que um advogado lhe tinha pago apenas metade daquilo que lhe cabia por direito. Como prova, apresentou um extracto da conta fiduciária do advogado, que continha todas as transacções numa simples coluna. Debulhada em lágrimas, indicou como o documento provava que o advogado, Sr. A., tinha efectuado um pagamento à Sra. Y, alegando que era o montante global que lhe era devido – mas, olhe, imediatamente depois ele realizou um pagamento suplementar, e obviamente irregular, no mesmo valor a si próprio! O repórter expôs os factos ao Sr. A., que esclareceu que apenas um dos 'pagamentos' constituía o registo de um débito, enquanto o outro consistia num registo de crédito. A matéria nunca chegou a ser publicada. Martin Welz, o chefe de redacção do *Noseweek*, fez o seguinte comentário: "Muitas vezes obtemos documentos que parecem fáceis de entender, especialmente depois de termos sido influenciados de uma certa maneira por uma fonte. E talvez não os analisamos com a atenção necessária."

IER**Porque nos foi apresentada aquela denúncia?****responder**

Por vezes, uma alegação revela ser verdadeira, mas conclui-se que está relacionada com um acto relativamente insignificante de má conduta. No entanto, depois de ter contrabalançado as questões conforme descrevemos atrás, você decide seguir as pistas. O político X do Partido Azul é um responsável partidário importante e você decide que vale a pena tentar confirmar se ele viajou para a Europa às expensas dos contribuintes apenas para gozar umas férias, tendo usado o pretexto de uma conferência. Parte da sua investigação deverá consistir em descobrir porque a fonte lhe deu aquela informação. Afinal de contas, muitos políticos tiram este tipo de férias pagas, e muitos o fazem sem serem detectados nem punidos. Porque é que a sua fonte decidiu que o político X, especificamente, não deve ficar impune? Estará alguém a tentar livrar-se do Sr. X por outras razões? O que o Sr. X fez para deixar algumas pessoas enfurecidas? Qual é o interesse do acusador?

Descobrimos que o Sr. X está a investigar uma fraude por parte do seu acusador, um outro responsável do Partido Azul. Assim, o que faz?

- Estampa a acusação na primeira página e contribui para a queda do Sr. X?
- Mantém a denúncia pendente enquanto pede informações ao Sr. X sobre as investigações de fraude (e também sobre a viagem à Europa)?
- Arranja tempo para descobrir o que de facto está a acontecer dentro do Partido Azul?

Em cinco minutos, pense nas opções que pretende adoptar e suas razões.

Quando as alegações de corrupção voam como se fossem mosquitos, os jornalistas devem ter muito cuidado para não serem vítimas de planos de informadores que os tentam usar para neutralizar rivais, remover obstáculos e realizar as suas próprias ambições. No caso acima exemplificado, não pode prosseguir o seu trabalho sem investigar o caso de todos os ângulos, o que passa por investigar as facções e as tensões partidárias, assim como a conduta do acusador e do acusado. Deve também decidir qual é a sua posição: quais são as suas prioridades de informar e onde reside o interesse público mais premente? Após estas considerações, pode decidir que sempre vale a pena dizer aos contribuintes como os seus fundos estão a ser indevidamente usados pelos políticos para férias pagas. Mas, será capaz de apresentar o incidente no seu devido contexto e, talvez, como um facto muito menos importante do que a episódio maior de apunhalamento pelas costas e fraude no Partido Azul? Falaremos mais das fontes e dos seus possíveis motivos no Capítulo 4.

Tudo isto mostra como é arriscado depender apenas das denúncias apresentadas pelas fontes. Os únicos repórteres que se podem sentar comodamente, descontraír-se e apenas esperar pelo telefonema ou pelo encontro num café ou bar são aqueles veteranos excepcionalmente batalhadores que têm fontes em todos os sectores, todos os ministérios, todas as empresas, todas as ONGs e todas as formações políticas dos nossos países. São extremamente raros, para não dizer inexistentes. Os restantes de nós não se podem dar ao luxo de apenas entrar em acção quando somos impulsionados por fontes que só conseguimos reunir avulsamente à nossa volta, por mais simpáticas que elas sejam a nosso ver.

Concepção de ideias para uma reportagem:

jornalismo de investigação, por oposição a “reportagem de fuga de informações”

Nada disto significa que nunca devemos usar fontes. Mas aqui está a chave: nós é que devemos usá-las e não *elas* usarem-nos a nós. Demasiadas vezes, informadores manipuladores entendem como gostamos de dar pulos e ir a correr apresentar os nossos ‘exclusivos’ sem nos darmos ao trabalho de verificar tudo o que está realmente a acontecer. Chama-se a isso ‘plantação de informações’, e o tipo de jornalistas que caem nas suas malhas são conhecidos não como investigadores, mas como ‘repórteres de fuga de informação’ (talvez devia ser jornalistas ‘com fugas’ porque as matérias que produzem apresentam muitas vezes uma série de furos).

Concepção de ideias para uma reportagem:

aprofundar ideias para reportagens; evitar pistas falsas

1 Enumerar e priorizar as suas preocupações

Elaborar uma lista de áreas de preocupação e perguntas que gostaria de investigar. Aqui é que aquele ‘livro de ideias’ de que falámos atrás se torna uma ferramenta muito importante para a planificação de reportagens.

- Quer saber de onde o círculo restrito do partido no poder obtém todo o seu dinheiro?

- Ou porque ainda há milhares de crianças a viver em condições difíceis nas ruas apesar da existência de 12 ONGs de cuidados infantis que no seu conjunto recebem milhões de euros em ajuda de doadores?
- Porque há águas residuais nas ruas apesar de a Campanha para uma Cidade Limpa estar a ser implementada há dois anos?
- Porque as pessoas têm estado a adoecer na nossa aldeia (construída perto de uma mina de cobre abandonada) com dores estranhas nos membros e lábios tingidos de azul?

O que vê quando olha para esta lista? Poderá ser os seus próprios valores, a sua própria paixão para denunciar a injustiça e os males sociais? Na verdade, arranjar tempo para elaborar uma lista destas mostrará claramente porque o bom jornalismo de investigação está estreitamente ligado ao interesse público. É promovido por valores: os nossos valores são a verdade e a justiça! A identificação das preocupações e das paixões que nos servem de força motriz serão o primeiro indicador dos projectos investigativos que visamos.

Quando começa a priorizar, deve analisar o âmbito e o impacto do problema ou da pergunta contrabalançando as suas próprias preferências contra preocupações comunitárias mais alargadas, e o que constitui uma matéria apelativa para os seus leitores. Já ultrapassou a necessidade de receber uma denúncia para se por em movimento. Já está a trabalhar.

2 Analise a sua preocupação

Agora deve analisar a principal preocupação ou pergunta da sua lista.

Baseia-se num pressuposto público ou em realidade?

Preocupamo-nos com muitos problemas que, vistos de mais perto, poderão não ser aquilo que parecem.

A 'vaga sísmica' de casos de gravidez entre adolescentes

Se ler as páginas dedicadas às cartas dos leitores nos jornais sul-africanos, ou ouvir os comentadores de estações radiodifusoras, pode ser levado a acreditar que agora há muitos mais casos de gravidez entre adolescentes do que há 15-20 anos. Todavia, um instituto de pesquisas que estudou o problema, constatou que os índices de gravidez entre adolescentes têm sido quase constantes ao longo do período em análise. Significa isto que a questão não constitui matéria jornalística? Não – mas, mais uma vez, a história é outra.

Com os contraceptivos muito mais fáceis de adquirir hoje do que no passado, porque é que os casos de gravidez entre adolescentes não baixaram? Será porque técnicos de saúde conservadores humilham publicamente os jovens que se apresentam em clínicas para pedir preservativos ou pílulas? Será por causa da prioridade dada às campanhas de abstinência que, segundo estudos, não contribuem para que os jovens se protejam contra gravidez não planificada, mas antes tornam ainda mais clandestino o sexo sem protecção? Será porque mesmo homens jovens 'modernos' se recusam a usar os preservativos? Será porque ter um bebé dá a certas mulheres jovens um sentido de família e raízes, numa altura em que as velhas estruturas de comunidades e famílias estão a desconjuntar-se sob a pressão das migrações, da pobreza e das doenças?

E o que provoca estas ondas de indignação pública (os cientistas sociais chamam-nas 'pânico moral'), em que as pessoas se põem subitamente a vociferar em relação a algo muito pior do que mostram os números?

Isto não significa que é necessário estudar sociologia ou psicologia para poder tratar esta matéria! Mas significa na verdade que devemos reconhecer que é necessário conhecimento especializado, e saber como ter acesso a esse conhecimento através de contactos, pesquisas ou de outra forma. Ver o Capítulo 6 para conselhos sobre pesquisas. Uma das finalidades da nossa análise é a de compilar uma lista de fontes úteis – incluindo uma avaliação da sua provável credibilidade – e uma breve descrição em linhas gerais do tipo de informação de base de que vamos precisar. A análise também nos ajudará a formar a hipótese da nossa matéria: as nossas melhores conjecturas, nessa fase, sobre o que está a acontecer e porquê. Por exemplo: "A Campanha para uma Cidade Limpa está a falhar porque nunca foi devidamente financiada".

Posso definir a prioridade da minha reportagem em pormenor?

Como vimos atrás, uma palavra como 'corrupção' pode cobrir (no sentido próprio) uma multiplicidade de pecados. Estamos a investigar fraudes (mentiras ou informações falsas), violação de regras, nepotismo (atribuição de um posto de trabalho, contrato ou favor a um amigo ou familiar), suborno, negligência, controlo inadequado, acto ilícito deliberado ou outra coisa? O principal aspecto de uma hipótese (e voltaremos a esta questão no próximo capítulo) é que ela constitui um termo e está relacionada com uma metodologia, derivada da ciência. Terá que ser possível prová-la (ou refutá-la) por referência a factos concretos. Uma ideia vaga e indefinida não pode ser provada nem refutada.

É suficientemente importante para merecer uma investigação?

Há uma diferença entre um empresário que rouba dezenas de milhões de um fundo de pensão de mineiros para financiar o seu estilo de vida de luxo e uma secretária que adjudica um contrato para o fornecimento de máquinas de café ao seu escritório à sua cunhada.

Que métodos e processos poderiam produzir as provas de que precisamos?

Como veremos no Capítulo 3, quando apresentamos a nossa reportagem devemos ser capazes de descrever os nossos métodos de investigação. Assim, mesmo nesta fase inicial, vale a pena pensar no assunto. E isto vai também oferecer-nos um alerta antecipado sobre dilemas jurídicos e deontológicos a resolver se, por exemplo, tivermos que trabalhar clandestinamente.

3 Criação do título

A nossa pesquisa de base inicial há-de confirmar a nossa hipótese de partida ou sugerir uma alternativa. Poderemos até ter encontrado o oposto daquilo que esperávamos achar! Mas, com base nisso, nós – não o nosso chefe de redacção nem a nossa fonte, mas nós – podemos agora resumir a nossa matéria num título conciso, eloquente e prático. Este título poderá não ser o título que o artigo terá no final, mas é uma boa forma de manter o rumo da nossa reportagem.

- Adolescentes solitárias têm bebés “para se sentirem amadas”
- Medicamentos para clínicas encalhados na alfândega
- Fundos franceses financiam estilo de vida do Presidente
- Onde está o centro infantil prometido?
- Cobre causa doenças entre campinos
- Campanha de cidade limpa com cofres limpos

O seu título de trabalho ajudá-lo-á a apresentar a sua reportagem e pode até ajudá-lo a pensar criativamente sobre a maneira em como a matéria poderá ser publicada pela sua própria agência de notícias. Esse será modificado à medida que for descobrindo novas informações. Está a chegar lá!

Criação do título ideal

“Médicos que matam bebés”, por oposição a “bebés ‘salvos’ adoecem nas ruas”

Mark Hunter, um professor de jornalismo agora radicado em Paris, durante a Conferência Mundial sobre Jornalismo de investigação em 2005, nos Países Baixos, contou como foi instruído a ‘conseguir a matéria’ sobre médicos em hospitais dos EUA que estavam ‘a causar a morte’ a bebés prematuros.

Mas descobriu que a denúncia que tinha dado início à sua missão estava totalmente incorrecta. Os médicos estavam na verdade a salvar muitos *mais* bebés prematuros do que antes na história. Hunter acabaria por criar um título oposto, que era ligeiramente menos chocante.

Uma nova lei inspirada pelo lóbi conservador de religiosos fundamentalistas estipulou que mesmo os recém-nascidos tão prematuros e fracos que exigiam procedimentos médicos constantes, dolorosos e agressivos tinham que ser mantidos vivos. Recém-nascidos que, antes da lei, careciam de condições físicas de base para sobreviver passaram a ser submetidos a operações, tubos, soros, análises e mais operações. A maioria desses recém-nascidos estava a crescer com doenças crónicas e grandes atrofias. Mas, uma outra lei inspirada por conservadores tinha simultaneamente efectuado cortes nas despesas sociais. Deixaram assim praticamente de existir serviços de apoio gratuitos para crianças deficientes de famílias pobres. Muitas dessas crianças ‘salvas’ passaram a vegetar nas ruas.

4 Mapear as fontes da sua reportagem

Esta é uma fase chave do processo. Já possui uma lista de especialistas de base. Agora deve tentar encontrar fontes de informação específica de que a sua reportagem precisa, através da elaboração de um mapa de fontes.

Quem são os protagonistas da sua narrativa e existem documentos em que estejam registadas as suas acções? Muitos registos mostram actos indecorosos de governos preguiçosos, pessoal hospitalar cleptómano, empresas irresponsáveis, mafiosos e políticos corruptos. (Por exemplo, se o seu país possui ‘registos de debates parlamentares’, estes indicarão a que comissões o nosso político pertence, em que debates participou, que perguntas colocou e que votos depositou. Isto é informação pública). Os seus visados poderão não querer que estas informações sejam consultadas, precisamente porque têm sido preguiçosos, incompetentes ou cleptómanos. Assim, ninguém nos dará informações de mão beijada. Mas é possível encontrá-las, muitas vezes mais facilmente do que pensamos.

Primeiro deve encontrar o seu ‘visado’ principal. Assim que tiver definido o seu título, saberá onde procurar pelo protagonista que é responsável pelos ‘males’ levantados na sua reportagem. Trata-se frequentemente de um indivíduo ou uma organização, mas nem sempre.

No caso da nossa matéria sobre ‘gravidez entre adolescentes’, uma sociedade fragmentada e traumatizada cheia de famílias também fragmentadas e traumatizadas pode explicar porque as mensagens ‘seja responsável’ não chegam aos adolescentes. Entrevistas com mães adolescentes (o seu próprio mini-inquérito/*vox populis*) confirmará qual é o problema e o seu título terá então de mostrar que as políticas e as estruturas existentes não estão a ajudar. **“Adolescentes solitárias têm bebés para ‘se sentirem amadas’”** poderá tornar-se em **“Serviços de saúde subestimam desespero de adolescentes”**.

Este título começa a sugerir a estrutura da sua reportagem propriamente dita: explicar como, com muitos adultos a trabalhar em lugares distantes ou doentes ou mortos ou preocupados com os seus próprios problemas, os adolescentes apenas têm as clínicas e as escolas para os guiar e aconselhar. Deve demonstrar porque é necessário um apoio maciço e a reabilitação dessas estruturas,

incluindo assistência aos desfavorecidos em comunidades, para debelar o problema.

Neste exemplo, as suas fontes específicas são fáceis de encontrar: os próprios adolescentes. As *declarações* deles indicarão outras fontes para confirmação: as clínicas não podem ajudar por insuficiência de pessoal? As direcções das clínicas estarão em condições de fornecer-nos *dados* sobre este aspecto, e as enfermeiras simplesmente nos dirão (*mais declarações*) até que ponto estão fartas. Como trata a escola de questões como relações sexuais entre estudantes? Terá de haver *documentos sobre políticas* ou pelo menos *actas* da comissão de educação, de reuniões de professores, da escola ou do conselho directivo. (Se não as houver, face a estes problemas, então estaremos perante uma situação de negligência – um outro artigo).

Quanto às crianças de rua esquecidas, pode seguir o rasto de documentos: *registos de receitas e despesas* de ONGs responsáveis pelas crianças de rua em comparação com as *receitas* da instituição que lhes dá abrigo. Peritos em assuntos de ONGs ou contabilidade poderão confirmar se as tendências de receitas e despesas parecem típicas ou aceitáveis (*declarações de entrevistas*).

No caso dos responsáveis partidários ricos, esses poderão ter acumulado a sua riqueza de empreiteiros amigos que esperam por *concursos*, ou possivelmente dos cofres do partido, em cujo caso terá de consultar os *registos contabilísticos do partido*. Por lei, as contas bancárias são confidenciais (deve pensar se estaria preparado a tentar contornar este sigilo e como justificaria esse seu acto), mas pode procurar provas de rendimentos caídos do céu nos *padrões de despesas* de alguém, como a construção de uma nova casa de luxo ou a compra de mais um carro extravagante. É pouco provável que consiga aceder aos registos contabilísticos do partido – ainda que encontre um amigo membro do partido que aceite obter os registos em seu nome. Contudo, os seus esforços e as respostas evasivas que obtém daqueles que tentam não responder às suas perguntas oferecem uma leitura interessante, especialmente quando confrontados com *listas* de bens de membros do partido ricos. (Veremos mais informações sobre a condução deste tipo de entrevistas no Capítulo 5). Procure obter estes dados através de uma busca na *conservatória do registo comercial* e, no caso de deputados e ministros, nos registos de *declarações de bens*. Se os registos de bens estiverem em branco ou apenas indicarem uma caixa de bom uísque, enquanto o avião a jacto particular da pessoa em questão pode ser *fotografado* da estrada, isto em si já é uma peça noticiosa.

Se tiver decidido investigar o fluxo de águas residuais nas ruas ou a suspeita de intoxicação pelo cobre na sua aldeia natal, pode arregimentar a ajuda de um especialista em questões ambientais ou de um instituto para analisar os *registos* da ‘Campanha para uma Cidade Limpa’ (o que foi feito, qual foi o propósito dessas acções?) e, no caso do cobre, analisar *o solo e as águas* da aldeia. As suas próprias *observações, os testemunhos dos habitantes da aldeia, os registos e os orçamentos do conselho local* (ou, no caso de intoxicação por cobre, *os orçamentos, os registos ambientais ou estudos de impacto ambiental* da empresa de exploração de cobre completarão a peça noticiosa.

Um mapa de fontes enumera todas estas eventuais fontes de dados e ajuda a estabelecer as partes da sua peça noticiosa que essas fontes poderiam ajudar a expandir ou confirmar. A elaboração de um mapa de fontes ajuda a planificar onde vamos buscar informações.

LER
responder

Qual dos exemplos que se seguem constitui jornalismo de investigação real?

Um magnata estrangeiro, rico, ligado a importações e exportações, actualmente residente no seu país, ingressou recentemente no clube de golfe da cidade capital: o local onde a elite se junta para jogar, conviver e tratar de negócios. Ele tem sido generoso. Ajudou o vice-ministro X a obter um empréstimo para uma nova casa; enviou uma caixa de vinho importado de boa qualidade a todos os membros do clube no último Fim de Ano. Efectua doações a todas as instituições caritativas importantes. Todos falam bem dele – embora ninguém saiba exactamente o que ele importa e exporta. Disse a um outro jornal local que o seu principal negócio consiste em “máquinas de costura e artigos afins” – mas você suspeita que ele poderá estar a canalizar armas para a guerra civil que se trava no país a norte do seu. Como começaria a descobrir mais informações sobre este encantador misterioso? Elaborar um esboço de mapa de fontes para indicar as perguntas que terá de colocar e onde procurará por respostas. Tem uns 15 minutos para reflectir sobre isto.

| Perguntas a colocar | Fontes de respostas |
|---------------------|---------------------|
| | |
| | |
| | |
| | |

LER

responder

Qual dos exemplos que se seguem constitui jornalismo de investigação real? (cont.)

Naturalmente, serão poucas as pessoas no círculo social fechado de uma elite que se vão queixar do seu benfeitor recém-chegado, embora rivais comerciais possam estar dispostos a falar de forma mais livre. Contudo, um repórter que esteja a preparar um 'retrato social' do homem poderá reunir muitos dados sobre o seu passado, pelo que talvez seja melhor manter a discrição com respeito à sua pesquisa inicial e pública. As primeiras buscas – e decerto haverá muitas mais – assumirão mais ou menos os seguintes contornos.

| Perguntas a colocar | Fontes de respostas |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Quem é ele? • Que favores ofereceu exactamente? Pediu algo em troca? • Que contratos efectuou através desta rede? | <ul style="list-style-type: none"> • Google • Entrevistas com colegas do clube de golfe |
| <ul style="list-style-type: none"> • Comercializa máquinas de costura? | <ul style="list-style-type: none"> • Os arquivos das alfândegas mostram documentos de importação de máquinas de costura em nome da sua empresa? Quais são os alegados postos retalhistas a que se destinam? • Os estivadores estão dispostos a falar connosco acerca das embalagens, qual o seu aspecto e para onde foram despachadas? • Acabam por aparecer nas lojas? (deve visitar e entrevistar os revendedores nas áreas/aldeias de destino) |

Concepção de ideias para uma reportagem:

uso da lei para nos ajudar

Para obter dados mais difíceis de aceder, poderá haver leis para o ajudar. Na África do Sul, a Lei da Promoção do Acesso a Informação oferece alguma assistência, e poderá haver leis similares nos outros países. O Capítulo 8 analisa os quadros jurídicos facilitadores (e complicados) para jornalistas que realizam investigações.

Concepção de ideias para uma reportagem:

do mapa de fontes ao mapa de dados

A partir deste ponto, seguirá as pistas sugeridas pelo seu mapa de fontes, usando técnicas de apresentação e planificação de projectos, entrevistas e pesquisas, que estão descritas nos capítulos seguintes. À medida que for recolhendo evidências, registre-as, empregando técnica de elaboração de mapas de memória, descrita no Capítulo 3. Este é o início do seu mapa de dados, que pode ser usado como um verdadeiro mapa para encontrar aquilo que procura.

Quando detecta vínculos, trace setas que ligam os títulos sugeridos e as suas informações de base às constatações que apoiam esses títulos e informações. Trace outros tipos de vínculos – por exemplo, linhas denteadas – entre partes das evidências que ilustrem contradições ou enigmas. Por exemplo, *documentos das alfândegas* indicam que 500 máquinas de costura foram a uma certa aldeia; *habitantes* dessa aldeia afirmam que nunca viram na sua vida uma máquina de costura e certamente nunca nenhuma chegou aos armazéns comerciais da localidade. As contradições são as que frequentemente dão frutos, devendo por isso ser exploradas – perguntando sempre porquê – e verá que as suas ideias para reportagens ganham não apenas pernas, mas também asas!

Elaboração de mapas de dados e ordenamento de informações

Mark Hunter e Luuk Sengers ofereceram os seguintes conselhos para a elaboração de mapas de dados e a manutenção em devida ordem das informações sobre uma reportagem:

- Criar uma cronologia que descreve eventos (datas, lugares, pessoas presentes, o que foi dito, o que foi feito); manter estas informações em formato coerente para que possamos encontrar imediatamente o facto de que precisamos;
- Criar uma lista das pessoas com quem falámos, com os seus contactos (mas convém lembrar-se de mantê-la em local seguro);
- Criar uma lista de tarefas com pessoas que possam saber algo sobre o projecto e que ainda devamos contactar, com os seus contactos;
- Determinar os vínculos entre as várias pessoas envolvidas e desenhar diagramas desses vínculos;
- Elaborar uma lista de documentos chaves, indicando aqueles que possuímos/vimos/de que ainda precisamos;
- Elaborar um índice para os nossos documentos e se trabalhamos com um computador, criar ligações de hipertexto para versões electrónicas integrais, quando as tivermos;
- Sublinhar os factos que considerarmos terem sido definitivamente comprovados;
- Notar a situação de outras informações em nossa posse;
- Manter sempre connosco um bloco de notas para registar ideias.

Concepção de ideias para uma reportagem: **do mapa de fontes ao mapa de dados**

Para se satisfazer a si mesmo (ou ao seu chefe de redacção) de que o prosseguimento da sua reportagem não será um desperdício de tempo, deve pensar em termos de um 'mínimo' e um 'máximo'. John Grobler, por exemplo, sabe que um aviário previsto pelo governo do seu país, a Namíbia, numa área muito inóspita sem bons reservatórios de água, será provavelmente um desperdício de dinheiro, porque a criação de frangos e o seu abate requerem muita água. Esta é a reportagem mínima que tem em vista. Contudo, o plano bizarro poderá ser resultado de subornos a políticos pagos por empresários desonestos e, se puder provar isso, terá a reportagem máxima. (Grobler ainda está a investigar).

Concepção de ideias para uma reportagem: **comunicar**

Assim que achar que tem uma reportagem, vale a pena comunicar com outros actores da sala de redacção que possam ter um papel a desempenhar na investigação. Aqui está uma parte essencial de formação de equipa e gestão do nosso próprio projecto, e também parte do trabalho mais amplo de estabelecer boas relações de trabalho.

É evidente que deverá usar o seu bom senso. Comunicará de forma discreta, não se gabando irresponsavelmente da reportagem em preparação numa reunião geral da redacção. As portas do escritório devem, por vezes, estar fechadas! Seleccionará cuidadosamente as pessoas com que vai falar: pessoas que sejam discretas. Não revelará todos os pequenos pormenores do trabalho que está a realizar – trata-se apenas de uma proposta de reportagem e deve realizar mais verificações – e tornará muito clara a situação das informações que está a partilhar, assim como a necessidade de discrição.

Mas, ao comunicar com colegas e responsáveis de confiança logo que a reportagem comece a 'ganhar corpo', estará a lançar as bases de uma equipa forte, e para um bom tratamento do seu projecto nas páginas da sua publicação.

Estudo de caso

Estudo de caso: **a pequena pílula com poderes, por Joyce Mulama**

Joyce Mulama é uma jornalista investigativa queniana com interesse particular por matérias relacionadas com o género e a saúde reprodutiva. Obteve a sua ideia para a peça noticiosa “A Pequena Pílula com Poderes” não de uma denúncia dramática, mas de um relatório apresentado numa conferência. A peça foi publicada por *Inter Press Services* em Março de 2006. Aqui, Joyce fala-nos do seu trabalho.

Por favor, apresente-nos em grandes linhas a sua peça jornalística:

Artigos anteriores escritos sobre o aborto no Quénia incidiam principalmente sobre as consequências da prática. A minha peça, “A Pequena Pílula com Poderes”, procurou revelar realidades escondidas da problemática do aborto no país. Explorou a razão pela qual intervenções simples para tratar dos abortos de risco realizadas noutros países não tinham sido consideradas no Quénia, um país onde cada vez mais mulheres morriam por causa de abortos de risco. Tratou-se de uma matéria sobre o *Misoprostol*, um medicamento usado para causar aquilo que veio a ficar conhecido por “aborto médico”.

Como teve início a peça jornalística?

A ideia para a reportagem foi inspirada por um relatório lançado numa conferência em Adis Abeba, Etiópia, em Março de 2006. A reunião congregou mais de 140 investigadores, definidores de políticas e profissionais do sector da saúde de 16 países africanos para discutir sobre as pesquisas existentes em matéria de aborto, assim como identificar e priorizar áreas que exigiam mais pesquisas. Os debates também se debruçaram sobre as formas de divulgar as descobertas de pesquisas com vista a estimular a mudança de políticas à volta da controversa questão do aborto.

Foi com base no relatório que eu soube de algo que ignorava antes: o *Misoprostol* e a sua eficácia na indução do aborto se administrado sob a supervisão médica (nos países em que o aborto é legal); tem boa relação custo-eficácia (é mais barato do que o aborto cirúrgico), e o seu valor em salvar mulheres de mortes desnecessárias está comprovado em países onde se pratica o aborto médico.

Fiquei curiosa por saber se o medicamento, que existia há anos noutros países, estava disponível no Quénia – e se não, descobrir as razões da sua ausência.

Que documentos de referência usou?

Além do relatório de Adis Abeba, *Prevenção do Aborto de Risco e das suas Consequências*, analisei criticamente várias publicações do governo sobre o sector da saúde reprodutiva do Quénia, dando uma atenção especial a material referente ao aborto. Estudei um outro relatório, *Uma Avaliação Nacional da Magnitude e das Consequências do Aborto de Risco no Quénia*. Este documento era um estudo conjunto efectuado pela Associação dos Médicos Quenianos, pela Federação de Mulheres Juristas (Filial do Quénia), por responsáveis do ministério da saúde e pela ONG, IPAS (uma ONG internacional defensora dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres). Também consultei publicações de organizações não governamentais consagradas que trabalham na área da saúde reprodutiva e das mulheres. Para além destas referências, também conversei com várias autoridades, incluindo a Sociedade de Obstetrícia e Ginecologia do Quénia, assim como organizações não governamentais reconhecidas, com interesse no assunto.

Que dificuldades enfrentou?

Foi extremamente difícil obter comentários do governo, particularmente do Conselho de Medicamentos e Substâncias Tóxicas do Quénia, que regista os medicamentos. Contudo, a voz desta instituição era importantíssima porque as minhas investigações tinham revelado que o *Misoprostol* era de facto um medicamento registado no Quénia, mas apenas como um tratamento contra as úlceras, e não para a realização de abortos. Tive de andar de cima a baixo, sendo encaminhada para uma lista infindável de responsáveis que insistiam que não lhes competia responder pela questão. No final, a peça noticiosa teve de ser publicada sem nenhum comentário daquele Conselho.

Também foi difícil encontrar informações correctas sobre o *Misoprostol*. Diferentes especialistas em medicina forneceram-me informações contraditórias sobre o fármaco. Tive que aplicar tempo considerável a filtrar repetidamente as informações que me foram dadas e insistir que me fossem dados mais pormenores.

O que aconteceu depois da publicação da peça?

O artigo fez ressuscitar campanhas lideradas pela Sociedade de Obstetrícia e Ginecologia do Quénia a fim de que o *Misoprostol* fosse registado para uso ginecológico – incluindo o uso relacionado com o aborto – num país em que os abortos de risco eram responsáveis por um elevado número de mortes maternas. Além do mais, intensificaram as campanhas de activistas pró-escolha, procurando promover a revisão da legislação sobre o aborto. Presentemente, o aborto no Quénia é ilegal, salvo se a vida da mãe estiver em perigo.

Mas as mulheres praticam o aborto independentemente daquilo que reza a lei, o que significa que o mesmo é efectuado em lugares escusos, ali mesmo onde também pululam os alveitares.

Contudo, isto não significa que o aborto ilegal também não exista secretamente na alta sociedade. A diferença é que a maioria pobre, que não possui recursos para adquirir serviços seguros, morre por complicações dos abortos de risco levados a cabo por médicos de habilitações académicas duvidosas. Esta é também uma das razões que despertaram o interesse público, com muitas pessoas, incluindo colegas profissionais, a confessarem que nunca tinham ouvido falar antes do *Misoprostol*, quando se trata de um medicamento que salva vidas.

A peça ganhou um prémio do *Population Reference Bureau* em 2006.

Quanto tempo levou a investigação?

Por ter efectuado várias visitas aos escritórios do conselho de medicamentos, a investigação foi uma actividade bastante morosa! Houve dias em que ali fiquei acampada desde manhã até à noite. Senti-me arrasada depois de todo aquele esforço sem todavia conseguir que pelo menos um responsável me dissesse alguma coisa. Depois de ler os documentos, levei duas semanas a realizar investigações sobre a situação do *Misoprostol* no Quénia.

Houve algum artigo de sequência?

Na verdade, esta matéria merece uma sequência. Contudo, nem eu nem outros jornalistas deram prosseguimento a esta peça. O único trabalho relacionado com a matéria reduziu-se a um artigo meu sobre o modo em que uma comunidade remota no oeste do Quénia trata dos abortos de risco. Porém, sinto paixão por esta questão e tenciono dar-lhe uma sequência.

O que aprendeu com a redacção da peça?

As investigações levam tempo e requerem muita paciência. Embora possamos ficar facilmente frustrados, é importante que nos mantenhamos compenetrados do assunto e continuemos a ser guiados pelo papel essencial do jornalismo: servir de guardiões da sociedade e oferecer uma voz àqueles que não a têm.

Nunca é de mais repetir o significado de uma ampla rede de contactos. Foram as relações que tinha estabelecido anteriormente com profissionais da saúde que me permitiram ter acesso às informações que consegui recolher. Devemos conversar com o maior número possível de pessoas para comprovar os factos e obter várias informações que possam esclarecer os contornos de uma peça. Escusado será acrescentar que a leitura intensa de materiais relacionados com o tema é importante. Na maior parte das vezes, encontraremos nessa leitura algumas informações de base e pilares úteis para fortalecer as nossas conclusões.

É também essencial que o jornalista atribua a si próprio tempo suficiente para as investigações a fim de evitar que trabalhe sob pressão.

Tomada de medidas acertadas

Joyce apresenta todos os pontos analíticos mais importantes do seu próprio trabalho. Note-se, porém, que ela seguiu o processo que recomendamos neste Capítulo, começando por estabelecer e seguir a sua própria agenda. Trata-se de um assunto pelo qual ela sente paixão; a leitura sobre o *Misoprostol* num relatório 'despertou-a' por causa desse interesse pré-existente, e ela modelou uma peça noticiosa que era pertinente para o Quénia com base nesse relatório. A peça provocou o interesse público – e ganhou um prémio – porque foi investigada com a cabeça, mas escrita com o coração.

Aspectos principais deste capítulo

- ✓ **Ideias para reportagens provêm de variadas fontes, incluindo algumas que podem parecer rotineiras ou desinteressantes. Não devemos subestimar:**
 - A nossa própria experiência e a de amigos e vizinhos;
 - Sequências de peças noticiosas anteriores;
 - A leitura e a Internet;
 - As conversas de rua, cafés e táxis;
 - Verificações rotineiras de informação pública e com contactos.

- ✓ **Manter um livro de ideias para registar as questões com que nos deparamos**

- ✓ **Contudo, para cada caso, essas ideias devem ser avaliadas pela sua actualidade e pelo seu interesse público, e por qualquer imparcialidade ou falta de representatividade relacionada com a fonte.**

- ✓ **As denúncias podem produzir peças noticiosas impressionantes, mas deverão ser tratadas com muito cuidado.**
 - Pesar o seu valor. As denúncias que produzem matérias sobre corrupção têm mais valor quando podem ser usadas para esclarecer algum aspecto importante da vida pública; a simples crucificação de um indivíduo nem sempre é o melhor uso dos recursos do jornalismo.
 - Avaliar a sua veracidade e os possíveis motivos das fontes.

- ✓ **O jornalismo de investigação estabelece a sua própria agenda, e usa as fontes e as denúncias para revelar verdades importantes. Quando as fontes e as denúncias usam o jornalista, chamamos isso 'reportagem de fuga de informações', por oposição à investigação, propriamente dita.**

- ✓ **Independentemente da origem de uma ideia para uma reportagem, os jornalistas deverão começar pelas suas próprias preocupações reais e da sua comunidade:**
 - Analisar essas preocupações;
 - Reduzir a ideia de reportagem a um "título" claro para dar rumo à investigação;
 - Elaborar um mapa de fontes para uma reportagem
 - Elaborar um mapa de dados para as informações conforme forem descobertas.

Assim, o que deveria John Nyamu ter dito e feito em relação à sua cassete vídeo?

Bem, já que ele não sabe quem é a fonte, este seria um ponto de partida. Quaisquer outras informações (como uma descrição detalhada obtida do dono da barraca sobre o "homem de camisa branca" ou o seu carro) poderiam ajudar em futuras investigações. Mas, o seu jornal não se pode limitar a reproduzir fotografias extraídas do vídeo como 'prova' de alguma coisa. John deve analisar quaisquer provas financeiras ou estilo de vida a que possa ter acesso, e conversar com o maior número possível de pessoas bem informadas a fim de esclarecer a natureza de qualquer relação financeira entre o empresário e o Presidente da República. Dependendo do clima de liberdade de imprensa reinante no país, estas pesquisas poderão acarretar sérios riscos. O órgão de comunicação social de John deverá contrabalançar estes aspectos ao decidir como proceder. Se a protecção corrupta de criminosos atinge níveis tão elevados, esta peça noticiosa é certamente importante para o interesse público e merece um tratamento. Mas, quem quer que seja que tenha deixado aquele envelope, devia ter acrescentado uma nota em grandes caracteres dizendo "Manusear com Cuidado!"

Glossário

- **Parcialidade** - torcer ou viciar qualquer aspecto de uma peça noticiosa para se adequar a preconceitos ou ideias preconcebidas
- **Mapa de dados** – um diagrama de informações descobertas no decurso de uma investigação, mostrando vínculos importantes, lacunas, etc.
- **Sequência** – uma peça noticiosa baseada numa outra anterior incidindo sobre algumas perguntas que tenham ficado sem resposta ou lacuna na primeira peça, ou ângulo completamente novo. NÃO apenas uma nova redacção de uma peça publicada noutra lugar
- **Hipótese** – uma afirmação sugerida como a base de mais debates ou investigações, sem avançar qualquer pressuposto de que essa afirmação seja verdadeira
- **Reportagem mínima e máxima** – aquilo que a nossa peça noticiosa pode apresentar com convicção e o que seria o primeiro prémio
- **Misoprostol** – medicamento usado para provocar o aborto médico de um feto
- **Conversas de rua** – conceito chamado “*Radio Trottoir*” em francês e que significa boatos propagados nas ruas de qualquer grande cidade. Literalmente significa “rádio de calçada”.
- **Representativo** (experiência, exemplo, etc.) – uma simples experiência ou exemplo que provavelmente representa uma situação mais ampla
- **Mapa de fontes** – um diagrama ou lista de todas as fontes que poderão deter informações sobre um assunto
- **Plantação de informações** – acção, muitas vezes de pessoas influentes, para fazer cair informações nas mãos de jornalistas na esperança de que estes acreditem nelas e as publiquem. As informações podem ter totalmente falsas, ou simplesmente incompletas, mas destinam-se sempre a desviar as atenções de uma situação real
- **“Histórias da carochinha”** – relatos não comprovados que circulam regularmente nas grandes cidades: por exemplo, o “boleiro fantasma” ou o “mágico que rouba pénis” – mas também relatos não comprovados sobre a vida de ricos e famosos. As mesmas “histórias da carochinha” podem surgir em cidades diferentes em momentos diferentes; a sua fonte é frequentemente “Um amigo meu conhece alguém que...”
- **Trabalho com contactos** – a prática de jornalistas profissionais de cultivar e manter contactos regulares com as fontes, mesmo quando não precisamos da sua ajuda para um caso específico.

Leitura adicional

- Ler o artigo integral de Joyce Mulama sobre o Misoprostol em <http://ipsnews.net/news.asp?idnews=32716>
- Ler a entrevista de Seymour Hersh sobre a investigação referente a Abu Ghraib em <http://www.democracynow.org/article.pl?sid=05/01/26/1450204>
- E ler os seus artigos publicados pelo *New Yorker* no website da revista em <http://www.newyorker.com>
- Obter mais informações referentes ao Seminário sobre Jornalismo de investigação da Universidade de Witwatersrand no website da Escola Superior de Jornalismo em <http://www/journalism.co.za>